

Tucano Holding III S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Tucano Holding III S.A.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holding III S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tucano Holding III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada da Tucano Holding III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado em curso

Veja a Nota 6 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui R\$243.400 mil de imobilizado em curso. Tais valores referem-se a gastos com a construção do Complexo Eólico Tucano.</p> <p>Conforme CPC 27/IAS 16 – Ativo Imobilizado, o custo de um imobilizado em construção deve ser reconhecido se, e apenas se, for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Companhia e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.</p> <p>A administração da Companhia avalia, segundo esse princípio de reconhecimento, todos os seus gastos no momento em que são incorridos para determinar quais os gastos gerarão benefício econômico e, conseqüentemente, serão reconhecidos como ativo imobilizado.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo devido à natureza e a relevância dos gastos relacionados com a construção do complexo eólico e o julgamento realizado pela administração, para determinar quais os gastos qualificáveis para reconhecimento como ativo imobilizado, que possui um efeito significativo sobre os saldos das demonstrações contábeis.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- testes documentais, em base amostral, das adições de construção em curso, incluído: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa;- avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização;- avaliamos se a divulgação sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos adequada o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado em curso, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

TUCANO HOLDINGS III S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	2	117	23
Investimentos de curto prazo	4	64.332	12.504	64.332	12.504
Tributos e contribuições sociais compensáveis		291	7	294	7
Outros créditos		-	-	1.667	151
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		64.639	12.513	66.410	12.685
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Tributos e contribuições sociais compensáveis		-	2	359	347
Outros créditos		-	-	370	370
Investimentos	5	310.422	92.205	-	-
Imobilizado, líquido	6	-	-	290.977	73.743
Intangível, líquido	7	-	-	37.518	32.405
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		310.422	92.207	329.224	106.865
TOTAL DO ATIVO		375.061	104.720	395.634	119.550

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	8	193	-	3.612	1.493
Tributos a pagar		81	3	348	62
Outras obrigações		-	-	56	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		274	3	4.016	1.555
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	8	26	6	2.967	742
Debêntures	10	199.778	-	199.778	-
Passivo de arrendamento	9	-	-	13.799	12.536
Outras obrigações		-	-	91	6
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		199.804	6	216.635	13.284
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social		176.935	105.535	176.935	105.535
Prejuízos acumulados		(1.952)	(824)	(1.952)	(824)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	174.983	104.711	174.983	104.711
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		375.061	104.720	395.634	119.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
CUSTOS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		(277)	-	(393)	(453)
Outras despesas operacionais		(25)	(8)	(93)	(742)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(302)	(8)	(486)	(1.195)
RESULTADO BRUTO					
		(302)	(8)	(486)	(1.195)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(179)	(860)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO					
	12				
Receitas financeiras		1.752	57	1.783	350
Despesas financeiras		(1.837)	-	(1.863)	(118)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(85)	57	(80)	232
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO					
		(566)	(811)	(566)	(963)
Contribuição social		(155)	(5)	(155)	45
Imposto de renda		(407)	(8)	(407)	94
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	13	(562)	(13)	(562)	139
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					
		(1.128)	(824)	(1.128)	(824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(1.128)	(824)	(1.128)	(824)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(1.128)	(824)	(1.128)	(824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		1	-	1
Aumento de capital		105.534	-	105.534
Prejuízo do exercício		-	(824)	(824)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11	105.535	(824)	104.711
Aumento de capital		71.400	-	71.400
Prejuízo do exercício		-	(1.128)	(1.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	176.935	(1.952)	174.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais:					
Prejuízo do exercício		(1.128)	(824)	(1.128)	(824)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6 e 7	(706)	-	(197)	450
Juros sobre cauções e investimentos de curto prazo		(395)	(60)	(395)	(367)
Juros sobre passivo de arrendamento		-	-	1.263	-
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	11	1.837	-	1.837	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	885	860	-	-
Variação dos ativos e passivos operacionais		4	35	2.951	567
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2)	-	(2)	-
Caixa líquido usado pelas atividades operacionais		918	11	4.752	(174)
Atividades de investimentos:					
Aplicação de investimentos de curto prazo		12.290	(12.479)	12.290	(12.479)
Aquisição de imobilizado e intangível	6 e 7	-	-	(214.627)	(13.650)
Aumento de capital em controladas	5	(210.873)	(13.855)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(198.583)	(26.334)	(202.337)	(26.129)
Atividades de financiamentos:					
Aumento de capital	11	71.400	26.324	71.400	26.325
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	10	200.000	-	200.000	-
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	10	(9.582)	-	(9.582)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		261.818	26.324	261.818	26.325
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		64.153	1	64.233	22
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		2	1	23	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		64.155	2	64.256	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano Holdings III S.A. (“Tucano III” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, ESC 121, Torre A - Torre Nações Unidas, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 05 de dezembro de 2019, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Em 19 de junho de 2020, passa a ser controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Tietê Energia S.A (“AES Tietê”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, em fase de construção, compostas de três parques eólicos Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8. O início da fase de testes está programada para ocorrer entre março e junho de 2022 e a entrada em operação comercial deste Complexo, está prevista para ser iniciada em maio e julho de 2022.

Em 19 de junho de 2020 a Tucano Holding I controladora da Companhia cedeu via aporte de capital os investimentos da Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 e a partir dessa data a Companhia passou a ter o controle dessas subsidiárias. Adicionalmente, no mesmo momento a Tucano Holding I cedeu via aporte de capital o intangível de direitos de exploração de autorização reconhecido decorrente da aquisição do projeto eólico Tucano.

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação
			2021
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%

Complexo Eólico Tucano

Parque gerador	Contrato/Lei lão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Tucano F6	Bilateral	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	2022	8	49,6	22,9
Tucano F7	Bilateral	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	2022	9	55,8	27,7
Tucano F8	Bilateral	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	2022	8	49,6	23,1
Total							25	155	73,6

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 15 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Critérios de consolidação dos empreendimentos controlados em conjunto

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes

nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento; e,
- (ii) valor justo de instrumentos financeiros.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há processos judiciais a serem provisionados ou divulgados.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas avaliaram seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 /IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior há três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Numerário disponível	16	2	117	23
Operações compromissadas	64.139	-	64.139	-
Subtotal	64.155	2	64.256	23

<u>Investimentos de curto prazo</u>	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CDB-DI	192	12.504	192	12.504
Subtotal	192	12.504	192	12.504
Total	64.347	12.506	64.448	12.527

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 82,59% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (92,94% em 31 de dezembro de 2020).

5 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2021	2020
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	280.766	63.256
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	29.656	28.949
Total	310.422	92.205

(i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de "Intangível".

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Direitos de exploração de autorização (i)	31/12/2021
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	29.668	65.278	(552)	2.335	229	96.958
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	33.075	85.531	(171)	2.964	248	121.647
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	29.462	60.064	(162)	2.224	229	91.817
Total	92.205	210.873	(885)	7.523	706	310.422

Movimentação dos investimentos	31/12/2019	Aporte de investimentos	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Direitos de exploração de autorização (i)	Direitos de exploração de autorização (i)	31/12/2020
Não auditado							
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	-	15.870	4.554	(134)	9.523	(145)	29.668
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	-	18.129	4.890	(143)	10.352	(158)	33.075
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	-	15.813	4.405	(134)	9.523	(145)	29.462
Total	-	49.812	13.855	(411)	29.398	(449)	92.205

A Companhia realizou aumentos de capital nas suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.

- (i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização;
- (ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso".

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Prejuízo líquido do exercício
Tucano F6	100%	85.708	85.568	(552)
Tucano F7	100%	108.560	108.412	(170)
Tucano F8	100%	80.289	80.148	(162)

6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil dos bens.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado					
2021				2020	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	16.429	(55)	16.374	-
Máquinas e equipamentos	3,6%	20.392	(67)	20.325	-
Imobilizado em serviço		36.821	(122)	36.699	-
Imobilizado em curso (i)		243.400	-	243.400	62.478
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,5%	11.583	(705)	10.878	11.265
Total		291.804	(827)	290.977	73.743

Consolidado				
2020			2019	
Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos	
Não auditado				
Imobilizado em curso (i)	62.478	-	62.478	-
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	11.583	(318)	11.265	-
Total	74.061	(318)	73.743	-

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,5%

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Consolidado					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Juros capitalizados	Depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	16.429	-	(55)	16.374
Máquinas e equipamentos	-	20.392	-	(67)	20.325
Em curso	62.478	(36.821)	7.523	-	243.400
Direito de uso de terreno arrendado	11.265	-	-	(387)	10.878
Total líquido	73.743	-	7.523	(509)	290.977

	Consolidado				
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Em curso	-	49.634	12.844	-	62.478
Direito de uso de terreno arrendado	-	10.481	995	(211)	11.265
Total líquido	-	60.115	13.839	(211)	73.743

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais de concessão, autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(a) A composição do ativo intangível é a seguinte

	Consolidado		
	2021		2020
	Custo	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Direito de exploração de autorização	29.655	29.655	28.949
Direito de servidão de passagem	4.483	4.483	2.357
Software e outros intangíveis	3.380	3.380	1.099
Total	37.518	37.518	32.405

	Consolidado		
	2020		2019
	Custo	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Direito de exploração de autorização	29.398	28.949	-
Direito de servidão de passagem	2.357	2.357	-
Software e outros intangíveis	1.099	1.099	-
Total	32.854	32.405	-

Não auditado

(b) **Movimentação do ativo intangível:**

Consolidado			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Amortização	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Direito de exploração de autorização (i)	29.398	-	29.398
Direito de serviço de passagem	2.357	2.126	4.483
Software e outros intangíveis	1.099	2.281	3.380
Subtotal	32.854	4.407	37.261
Amortização	(449)	706	257
Total	32.405	706	37.518

Consolidado			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Aporte de capital	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Não auditado			
Direito de exploração de autorização (i)	29.398	-	29.398
Direito de serviço de passagem	-	2.357	2.357
Software e outros intangíveis	-	1.099	1.099
Subtotal	29.398	3.456	32.854
Amortização	-	(449)	(449)
Total	29.398	3.007	32.405

8 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no montante de R\$6.579 no consolidado, sendo deste valor R\$3.612 registrados no circulante e R\$2.967 registrados no não circulante em 31 de dezembro de 2021. Estes valores, referem-se a fornecimentos de materiais e serviços para a Companhia.

9 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº6).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2050. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.536
Encargos financeiros	1.263
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.799

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
NÃO CIRCULANTE	
2022	60
2023	113
2024	124
2025	136
2026	151
2027	166
Após 2027	13.049
Total	13.799

10 DEBÊNTURES

A Companhia em 15 de setembro de 2021 emitiu debêntures no valor total de R\$200.000. Essa emissão tem por objetivo a implantação dos empreendimentos controlados pela Companhia.

Controladora							
2021							
Não Circulante						Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
Debêntures	2041	IPCA + 6,5865%	206.100	3.260	(9.582)	199.778	199.778
Total das debêntures			206.100	3.260	(9.582)	199.778	199.778

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora
	Debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-
Ingressos	200.000
Encargos financeiros	3.260
Variação monetária	6.100
Diferimento de custos de transação	(9.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	199.778

10.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação

	Controladora			Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total	Debêntures	Custos de transação	Total
2024	7.323	(335)	6.988	7.323	(335)	6.988
2025	13.527	(619)	12.908	13.527	(619)	12.908
2026	12.692	(581)	12.111	12.692	(581)	12.111
Após 2026	175.818	(8.047)	167.771	175.818	(6.119)	169.699
	209.360	(9.582)	199.778	209.360	(9.582)	199.778

10.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

10.3 Característica da dívida

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Tucano Holding III	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	200.000	01/10/2021	IPCA + 6,59%	Semestral (a partir 2024)	Semestral (a partir 2024)	199.778	Setembro de 2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado é de R\$252.129 mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferencias, sendo todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A Unipar e a Tucano Holding I S.A., são acionistas da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$176.935 (R\$105.535 em 31 de dezembro de 2020) representado por 176.935.022 ações, sendo ações ordinárias 88.467.511 nominativas e sem valor nominal e 88.467.511 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em abril de 2021 foi realizado aumento de capital de R\$28.000 em moeda corrente contribuído igualmente por Tucano Holding I S.A. e Unipar.

Em agosto de 2021 foi realizado aumento de capital de R\$26.400 em moeda corrente contribuído igualmente por Tucano Holding I S.A. e Unipar.

Entre os meses de janeiro e junho de 2021 foram integralizados os aumentos de capital totalizando o montante de R\$17.000 em moeda corrente contribuídos igualmente por Tucano Holding I S.A. e Unipar.

12 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	1.837	60	1.851	367
Variações monetárias	-	-	19	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(85)	(3)	(87)	(17)
Total	1.752	57	1.783	350
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(3.260)	-	(3.260)	-
Variações monetárias	(6.100)	-	(6.100)	-
Tarifas e encargos bancários	-	-	(26)	(118)
(-) Transferência para imobilizado (i)	7.523	-	7.523	-
Total	(1.837)	-	(1.863)	(118)
Total líquido	(85)	57	(80)	232

- (i) Ao longo do exercício de 2021 a Companhia emitiu Debêntures para subsidiar a construção dos empreendimentos controlados. Haja vista que o recurso captado será utilizado ao longo da construção, as receitas e as despesas financeiras provenientes dessa operação de crédito estão sujeitos a capitalização.

13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas apuram os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Na apuração do imposto de renda e contribuição social da demonstração consolidada a Companhia apurou prejuízo fiscal no exercício de R\$388, contudo não foi constituído imposto diferido.

	Controladora		Consolidado	
	2021		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	(407)	(155)	-	-
Total	(407)	(155)	-	-
b) Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	(566)	(566)	(566)	(566)
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	179	179	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	903	903
Amortização do intangível	257	257	(706)	(706)
Atualização SELIC de créditos tributários	-	-	(19)	(19)
Capitalização de rendimentos CPC 20 - debêntures	1.856	1.856	-	-
Total das adições (exclusões)	2.292	2.292	178	178
Resultado ajustado	1.726	1.726	(388)	(388)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Total da despesa com tributos	(432)	(155)	-	-
Outros	24	-	-	-
Total da despesa com tributos	(407)	(155)	-	-
Alíquota efetiva	-71,9%	-27,4%	0,0%	0,0%

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

Corrente

Controladora		Consolidado	
2020		2020	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

(8)	(5)	94	45
(8)	(5)	94	45

Total

b) Demonstração do cálculo dos tributos:

Resultado antes dos tributos

(811)	(811)	(963)	(963)
-------	-------	-------	-------

Adições (exclusões):

Resultado de equivalência patrimonial

860	860	-	-
-----	-----	---	---

Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído

-	-	429	429
---	---	-----	-----

Amortização do intangível

-	-	450	450
---	---	-----	-----

Diferença temporária s/ diferido constituído (arrendamento)

-	-	(419)	(419)
---	---	-------	-------

Ajuste adicional IRPJ

-	-	(120)	-
---	---	-------	---

Total das adições (exclusões)

860	860	339	459
------------	------------	------------	------------

Resultado ajustado

49	49	(624)	(504)
-----------	-----------	--------------	--------------

Alíquota nominal

15%	9%	15%	9%
-----	----	-----	----

Total da despesa com tributos

(8)	(5)	94	45
------------	------------	-----------	-----------

Alíquota efetiva

-1,0%	-0,6%	9,8%	4,7%
-------	-------	------	------

13.1 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas sem diferido constituído

Consolidado
2021

Prejuízos fiscais (i)

903

Base negativa de contribuição social

903

(i) O montante de 903 de prejuízos fiscais e base negativa são compostos por: R\$ 558 da Tucano F6, R\$ 177 da Tucano F7 e R\$ 168 da Tucano F8.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

14.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado		Consolidado		Categoria
		2021		2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	64.256	64.256	23	23	Custo amortizado
Investimento de curto prazo (i)	4	192	192	12.504	12.504	Valor justo por meio do resultado
Total		64.448	64.448	12.527	12.527	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores Partes Relacionadas	8	6.579	6.579	2.235	2.235	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	199.778	199.778	-	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	9	13.799	13.799	12.536	12.536	Custo amortizado
Total		220.156	220.156	14.771	14.771	

(i) Mensuração do valor justo de nível 2.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo por meio do resultado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

14.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

14.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas

demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	2020
Debêntures	199.778	-
Caixa e equivalentes de caixa	(64.256)	(23)
Investimentos de curto prazo	(192)	(12.504)
Dívida líquida	135.330	(12.527)
Patrimônio líquido	174.983	104.711
Dívida líquida / Patrimônio líquido	77,34%	-11,96%

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas.

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.612	-	2.967	-	-	6.579
Debêntures	-	-	1.423	47.095	151.260	199.778
Passivo de arrendamento	-	60	237	453	13.049	13.799
Total	3.612	60	4.627	47.548	164.309	220.156

b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2021. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à

manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

15 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Consolidado				Consolidado
	2022	2023	2024	Total	2020
Contrato de Construção	-	-	-	-	584.484
Contrato de Manutenção e Operação	4.135	971	41	5.147	22.644
Total	4.135	971	41	5.147	607.128

16 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquisições de ativo imobilizado	-	1.493	7.523	1.493
Aumento de capital em controladas	-	-	-	79.210
Investimentos	7.523	-	-	-
Total	7.523	1.493	7.523	80.703

17 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de julho de 2021 as SPEs celebraram, junto ao Banco do Nordeste S.A. ("BNB"), Contrato de Financiamento no valor total de R\$ 345.481, pelo prazo de 24 anos e custo de IPCA + 2,26% a.a. – já considerando bônus de adimplência, para viabilizar o construção do Complexo Eólico Tucano. Em 24 de fevereiro de 2022, a primeira liberação de R\$ 114.203 foi realizada.